Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 309 - 324, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12476

FEMINISMOS, PANDEMIA E TRABALHO: Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19

FEMINISMOS, PANDEMIA Y TRABAJO: Reflexiones sobre la cotidianeidad de las mujeres en Brasil en tiempos del Covid-19

FEMINISMS, PANDEMIC AND WORK: Reflections on the daily lives of women in Brazil in times of Covid-19

Carmem Lúcia Costa

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca do impacto da pandemia de COVID-19 na vida de mulheres no Brasil, com recorte nas relações de trabalho, a partir de leituras no campo da Geografia e Gênero, levantamento de dados junto ao IBGE e outras fontes secundárias sobre a movimentação no mercado de trabalho. Utilizamo-nos, também, do pensamento de Henri Lefebvre, Milton Santos, Helen Lewis, Boanventura Sousa Santos, Carmem Lúcia Costa e outros/as, sobre trabalho e mulheres, para realizarmos uma leitura de como o espaço tem sido atravessado por este momento histórico de pandemia, em que os corpos estão sob uma política de isolamento - sendo os corpos das mulheres o recorte aqui - e como isso tem se manifestado espacialmente, com um vivido marcado pelo retorno ao espaço privado e os impactos no mundo do trabalho de mulheres. Apontamos como a pandemia tem alcançado a vida e reconfigurado o espaço do trabalho indicando um aumento no processo de feminização da pobreza.

Palavras-Chave: feminismos; COVID-19; trabalho; mulheres

RESUMEN

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre el impacto de la pandemia del COVID-19 en la vida de las mujeres en Brasil, enfocado en las relaciones laborales; a partir de lecturas en el campo de la Geografía y el Género y la recopilación de datos del IBGE y otras fuentes secundarias sobre el movimiento en el mercado laboral. Utilizamos también, las reflexiones de Henri Lefebvre, Milton Santos, Helen Lewis, Boanventura Sousa Santos, Carmem Lúcia Costa y otros/as sobre el trabajo y las mujeres, para realizar una lectura de cómo el espacio ha sido atravesado por este momento histórico de pandemia en el que los cuerpos están bajo una política de aislamiento- siendo los cuerpos de las mujeres el foco de este articulo- y de cómo esto se ha manifestado espacialmente, con una vida marcada por el regreso al espacio privado y los impactos en el mundo del trabajo de las mujeres. Apuntamos a entender cómo la pandemia ha llegado a la vida cotidiana y reconfigurado el espacio de trabajo, indicando un aumento en el proceso de la feminización de la pobreza.

Palabras claves: feminismos, COVID-19, trabajo, mujeres.

ABSTRACT

This article presents some reflections about the impact of the COVID-19 pandemic on the lives of women in Brazil, with an emphasis on labor relations, based on readings in the field of Geography and Gender and data collection from IBGE and other secondary sources on the movement in the labor market. We also use the thoughts of Henri Lefebvre, Milton Santos, Helen Lewis, Boanventura Sousa Santos, Carmem Lúcia Costa and others about work and women to analyze how space has been crossed by this historic moment of pandemic in which the bodies are under a policy of isolation - the bodies of women being the focus here - and analyze how this has been manifested spatially, with the living marked by the return to the private space and the impacts on the world of women's work. We point out how the pandemic has reached life and has reconfigured the workspace, indicating an increase in the process of feminization of poverty.

Key words: feminisms; COVID-19; work; women

Introdução

A inquietação que move este trabalho surge em um momento de muitas dificuldades, em especial para as mulheres que, em tempos de isolamento social, são as mais atravessadas, uma vez que fazem um movimento de retorno ao lar[1], num misto de espaço de trabalho e casa nunca experimentados com tanta intensidade temporal e espacial. O objetivo é analisar o impacto da COVID-19 no mundo do trabalho de mulheres no Brasil, especificamente, apontando para um aprofundamento da feminização da pobreza, um projeto já em curso na sociedade neoliberal, e como o feminismo coloca-se neste movimento. O caminho metodológico foi construído a partir de um levantamento bibliográfico que aborda as temáticas de gênero, trabalho, feminização da pobreza e produção do espaço; além disso, serão utilizados dados coletados em fontes secundárias – como o IBGE –, matérias jornalísticas em sites de meios de comunicação e dados de relatórios da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde. Este tema é relevante para a Geografia uma vez que fornece subsídios para compreendermos a produção do espaço no Brasil, marcado pelo impacto da pandemia.

O espaço é produto das relações de poder estabelecidas entre os/as sujeitos/as e instituições, relações desiguais sob a hegemonia do capital e do patriarcado que permite alguns espaços a homens, segregando mulheres do uso e da apropriação destes, confinando pessoas, desabrigando outras, estabelecendo no texto da cidade o dito e o interdito, o que é permitido e o que não é, para alguns corpos. Em tempos de pandemia, estes espaços têm sido ressignificados, uma vez que a política de isolamento social coloca todos e todas, em tese, em casa[2], interditados/as de possibilidades, e sob a mesma ameaça – a de perder a vida ou o trabalho – quando ele existe.

O cotidiano alterou-se significativamente com o *home office*, *homescooling*, restrições de circulação em plena sociedade de consumo, ameaça de perder empregos, precarização extrema quando mantida a vaga no mercado formal ou informal, e outras práticas que sobrecarregaram ainda mais a vida das mulheres, principalmente aquelas que trabalham fora de casa e têm filhos em idade escolar. De acordo com Helen Lewis (2020), o coronavírus é uma tragédia para o feminismo! Ainda de acordo com a autora,

> Uma pandemia amplia todas as desigualdades existentes (mesmo que os políticos insistam que não é hora de falar sobre outra coisa que não a crise imediata). Trabalhar em casa em um emprego de colarinho branco é mais fácil; funcionários com salários e benefícios estarão mais bem protegidos; o auto-isolamento é menos difícil em uma casa espaçosa do que em um apartamento apertado. Mas um dos efeitos mais marcantes do coronavírus será enviar muitos casais de volta aos anos 1950. Em todo o mundo, a independência das mulheres será uma vítima silenciosa da pandemia. (LEWIS, 2020, s/p)

Para compreendermos melhor a provocação da autora – a de que vamos regressar aos anos 50 do século XX – faz-se necessário discorrer um pouco sobre a pandemia que o mundo vive no ano de 2020 e que, por hora, não há muitas expectativas de acabar no Brasil, deixando um rastro de mortes, pessoas que se contaminaram e tiveram alguma sequela, pessoas em isolamento em condições precárias, pessoas sem condições de praticar o distanciamento social, aumento de violência doméstica e níveis de desemprego no Brasil e em vários países do mundo.[3]

Neste momento poderíamos analisar vários elementos da transformação em curso, no entanto, o recorte aqui será no cotidiano de mulheres trabalhadoras, principalmente o impacto sobre as estruturas patriarcais de poder e o feminismo, com seus retrocessos e possíveis avanços diante de tal momento. Alguns passos atrás marcam o atual momento para o feminismo e devem servir para pensar estratégias feministas de uso e apropriação do espaço. Um bom começo já temos nas palavras de Chimamanda Adichie,

> A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos educar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos educar nossos filhos de uma maneira diferente. (ADICHIE, 2015, p. 28)

Nesta mesma linha de pensamento, entendemos que não queremos um feminismo "de mulheres", mas é fundamental iluminar suas vidas para fortalecer as pautas e as lutas, educar de uma outra forma a futura geração para a superação do capitalismo e do patriarcado. E como nos lembra bell hooks[4], "Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas." (hoocks, 2019, p. 13) Esta ações precisam estar amparadas em projetos interseccionais que enfrentem, ".... tudo que nos explore e oprime. O capitalismo é a barbárie. Transforma tudo em mercadoria: corpos, talentos, fé, trabalho, amor, desejos, mulheres." (ARRUZZA, BATTACHARYA e FRASER, 2019, p.17). Se para aquelas que estão, ou estavam inseridas no mercado formal da economia não está fácil, entendemos que para as mulheres mais pobres o contexto é mais complicado, como veremos adiante.

A chegada da COVID-19 provoca o movimento feminista a repensar uma série de "avanços" e a preocupar-se com retrocessos, entre eles a questão da inserção no mercado de trabalho formal em larga escala, pauta do feminismo liberal[5]. Claro está que para algumas mulheres não há o risco da perda de um emprego, uma vez que sequer alcançaram este direito e continuam sustentando uma centena de mulheres brancas que trabalham no espaço público e conquistaram uma emancipação econômica. Mas, para estas mulheres negras e pobres que se encontram no limite da subsistência, também as consequências serão e estão sendo devastadoras, como observamos ao analisar os dados coletados durante o período de vigência do isolamento social adotado no país.

A pandemia chegou ao Brasil

Em março de 2020, após aparecer em uma província na China e se espalhar em países da Europa, chegou ao nosso país o coronavírus, ou a COVID-19, um vírus com altas taxas de transmissão, de forma rápida e que, em alguns casos, provoca longos tempos de internação para tratamento e/ou a morte. A COVID-19 logo se espalhou através dos fluxos existentes no mundo globalizado, revelando uma face deste processo, que nos é tão caro, exatamente pela sua capacidade de produzir relações instantâneas, como nos lembra Milton Santos, "O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes." (1996, p. 51) E foi mesmo um fim estranho ao lugar e aos habitantes do planeta a forma como o vírus circulou e circula entre nós, visto como algo distante, logo tornou-se mais familiar que o esperado.

> O mundo globalizado terminou o ano de 2019 sob completo desconhecimento de uma epidemia que nascia na China. Um novo vírus que surpreendeu a população daquele país, mas que, para o Brasil, era visto como algo de outro mundo — do Oriente, do outro lado do planeta, distante e, aparentemente, sem conexão com o nosso cotidiano. No entanto, logo no começo de 2020, descobrimos que em um mundo globalizado nada é de outro mundo e não tardou percebermos que a Covid-19 evidenciaria a força das redes mundiais, com suas conexões e fluxos de pessoas e mercadorias, um fluxo que aumentou muito nos últimos 20 anos, período em que a China se tornou responsável por 18% de todas as transações econômicas do mundo. (FERREIRA, SILVA, MACHIAVELLI E COSTA 2020, s/p)

A COVID-19 é uma doença infecto contagiosa que ataca principalmente os pulmões e se apresentou mais letal para idosos/as e pessoas com comorbidades; em pouco mais de seis meses já matou milhões de pessoas no mundo todo, alcançando também pessoas sem históricos de problemas de saúde, jovens e crianças[6]. Ao ser detectada na China, políticas de isolamento social foram adotadas naquele país, mas, em uma sociedade global marcada pelos fluxos, evitar a circulação do vírus não foi possível e logo outros países já apresentavam os primeiros casos, que cresceram de forma muito rápida. O que era uma doença desconhecida e distante chegou ao nosso país e transformou o nosso cotidiano, impondo restrições de circulação, fechando pontos comerciais, isolando pessoas em casa. Esse "novo real" vai diretamente contra o que Lefebvre (2002) aponta como definição de urbano. Em suas palavras,

> O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações imprevistas. Na sua definição, esse espaço comporta um vetor nulo (virtualmente); a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e aproximações, na atração pela velocidade "até na cidade". (LEFEBVRE, 2002, p. 46 -47)

De uma hora para outra, tivemos nossas vidas e nosso cotidiano totalmente reconfigurado e de uma sociedade de consumo e circulação passamos a uma rotina de estar em casa, afastados do trabalho – com exceção dos/as trabalhadores/as em funções essenciais -, das escolas, das Universidades, dos bares, shoppings, enfim, de todos os lugares que eram a base de nossa sociabilidade. Em alguns casos, até pessoas de uma mesma família tiveram que adotar a ausência como regra, desfazendo práticas afetivas e de contato, evitando visitas, festas, encontros. Sem dúvida um enorme impacto para a sociedade do espetáculo (Debord, 1997), onde vivemos para e pelo outro. De outro lado, pessoas com pouco acesso a este mundo do consumo e do espetáculo, como moradores/as de rua, invisíveis até então, tornaram-se uma ameaça à disseminação da doença, escancararam a desigualdade social e econômica, e sem ter onde se isolarem, muitas famílias ficaram sem a merenda da escola para os/as filhos/as, várias pessoas ficaram sem o vai e vem de pessoas que compravam seus produtos pelos sinais de trânsito das cidades; muitos homens e mulheres morrem silenciosamente, sem entrar para as estatísticas, "na contramão, atrapalhando o tráfego", que já nem é mais tão intenso como antes.

Toda a lógica consumista da sociedade teve que, de uma certa forma, parar. E uma nova lógica se impôs, marcada pela vida em isolamento o que coloca a vida privada em primeiro plano. Isso nos remete a algumas questões,

> O número de mortos nos lembra da existência dos mais vulneráveis: os idosos, diabéticos e hipertensos. As prateleiras dos supermercados e farmácias vazias expõem o lado egoísta e irracional da população. O isolamento social, para os que têm casa, colocam em xeque as escolhas de vida de cada um, suas relações amorosas, a maternidade, a paternidade, a violência doméstica, a carga mental da casa sobre as mulheres, a educação dos filhos, a diminuta metragem dos apartamentos nos grandes centros, antes utilizados apenas para dormir, agora para passar semanas inteiras. (FERREIRA, SILVA, MACHIAVELLI E COSTA 2020, s/p)

Assim, temos uma transformação da cultura do público, do encontro, por um tempo em que pessoas se encontram mais tempo em seus lares. Mas, como as autoras apontam, há aqueles que não têm casa, há aqueles cuja casa é local de violência de várias formas, principalmente para crianças, mulheres e idosos. Nunca é demais lembrar que este espaço, tradicionalmente delegado às mulheres e ao trabalho doméstico, foi historicamente constituído como o privado, lugar da vida íntima, portanto, protegida do olhar regulador do outro. O isolamento social marca uma nova relação com este espaço, principalmente, para as mulheres. Uma das mudanças foi o aumento da violência doméstica como mostram os dados do IBGE (2020), com um crescimento de cerca de 50% em algumas regiões do Brasil. De acordo com o artigo de Lewis (2020), este dado cresceu em vários países do mundo, revelando as complexas relações de poder estabelecidas pelo patriarcado no espaço privado.

> Puramente como doença física, o coronavírus parece afetar menos as mulheres. Mas nos últimos dias, a conversa sobre a pandemia se ampliou: não estamos apenas vivendo uma crise de saúde pública, mas também uma crise econômica. Como grande parte da vida normal será suspensa por três meses ou mais, as perdas de emprego serão inevitáveis. Ao mesmo tempo, o fechamento das escolas e o isolamento das famílias estão transferindo o trabalho de cuidado com crianças da economia remunerada – creches, escolas, babás – para a não-remunerada. O coronavírus destrói a barganha que tantos casais com dois salários fizeram no mundo desenvolvido (países de capitalismo central): ambos podemos trabalhar, porque outra pessoa está cuidando de nossos filhos. Em vez disso, os casais terão que decidir qual deles será atingido. (LEWIS, 2020, s/p)

De acordo com o IBGE, a COVID-19 vitimou no Brasil mais homens negros e pobres, escancarando as diferenças sociais e econômicas no país. Mas, as mulheres parecem mais alcançadas pelos desdobramentos da pandemia em vários pontos – estão nos trabalhos de cuidado, na linha de frente de enfrentamento a doença, ocupam os principais postos de trabalho que foram diretamente impactados (hotelaria, escolas, creches, bares, restaurantes, prestação de serviços e comércio), foram isoladas em casa, um espaço que, historicamente, o movimento feminista se esforçou para libertá-las, ou seja, o cotidiano das mulheres foi muito impactado pela pandemia. Outro fator que Lewis (2020) nos aponta é sobre o cuidado não remunerado que é socialmente reproduzido como uma "atividade de mulheres" e que, neste momento, é um fator que contribui para sobrecarregar ainda mais as mulheres. De acordo com a autora,

> No nível individual, as escolhas de muitos casais nos próximos meses farão perfeito sentido econômico. Do que os pacientes da pandemia precisam? Cuidado. Do que as pessoas idosas auto-isoladas precisam? Cuidado. Do que as crianças mantidas em casa longe da escola precisam? Cuidado. Todo esse cuidado – esse trabalho de cuidar não-remunerado – recairá mais sobre as mulheres, devido à estrutura existente da força de trabalho. "Não se trata apenas de normas sociais de mulheres que desempenham funções de assistência; também se trata de aspectos práticos", acrescentou Wenham. "Quem é pago menos? Quem tem flexibilidade?" (LEWIS, 2020, s/p)

Historicamente as mulheres inseriram-se no mundo do trabalho ocupando postos com menor remuneração, menor prestígio, com os horários mais flexíveis, os empregos terceirizados e que, agora, são exatamente as atividades mais impactadas no mundo do trabalho, como veremos adiante. O cuidado, como nos aponta Lewis, toma uma dimensão ainda maior no cotidiano, pois além do cuidado com os acometidos pela doença, há ainda os cuidados com as crianças, com a casa, com a educação dos/as filhos/as e, tudo isso, somado a ameaça de perder o emprego, que mesmo precário, é o que garante a sobrevivência das famílias, ou, ainda pior, perder uma pessoa da família. Todos estes elementos causam uma instabilidade no cotidiano, como nos aponta Henri Lefebvre (1991) ao definir a vida cotidiana da seguinte forma,

> A vida cotidiana se define como lugar social desse feedback. Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o produto do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. (...) Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem. (LEFEBVRE, 1991, p. 39)

Com base nesta afirmação alertamos para as relações que imperam neste momento em que o cotidiano foi transformado em nível máximo, apontando seus desequilíbrios ameaçadores, principalmente para as mulheres no nosso país que têm vivido uma onda de machismo que culminou no aumento considerável do número de violência doméstica, feminicídios e outras formas de violência. Dados nacionais já apontavam que grande parte destes crimes ocorriam nos finais de semana, quando a família estava mais tempo em casa, e a explosão dos casos que ocorreu logo após o golpe machista e misógino contra a ex presidenta Dilma Rousseff, insurgindo discursos de aumento de controle dos corpos de mulheres, aumento da misoginia e do machismo, dentro de um contexto bem articulado da ofensiva conservadora que se avançou no país[7].

Desde o governo que se seguiu ao golpe, políticas públicas que atendem mulheres, população negra e direitos humanos sofreram cortes da ordem de 35% nos investimentos, além do desmantelamento de ministérios, secretarias, programas e outros. Assim, observa-se, claramente, a ordem distante – o Estado – em sua postura de desmonte de políticas públicas que alcançam a vida cotidiana e impactam diretamente na vida de sujeitos/as que são mais vulneráveis e que, durante a pandemia, estão ainda carentes de ações que já não estão em execução. De acordo com o estudo publicado pelo site Brasil de Fato,

> As verbas que eram destinadas especificamente às políticas públicas de combate à violência tiveram um corte de 62%, passando de R$ 42,9 milhões em 2016 para apenas R$ 16,6 milhões em 2017, segundo dados do Portal do Orçamento do Senado Federal. Também houve redução de 54% do orçamento para políticas de incentivo à autonomia das mulheres, de R$ 11,5 milhões para R$ 5,3 milhões. (GONÇALVES, 2018, s/p)

O que se observa é uma ação coordenada de cortes de verbas para políticas públicas e o aumento do número de casos de violência e mortes de mulheres, como mostram os dados com um crescimento após o golpe que abriu uma espécie de permissão para a agressão contra mulheres, população LGBT, negros e outros segmentos como professores/as e comunistas, por exemplo. No caso da violência doméstica, os dados da Fiocruz (2020) apontam um aumento de 50% no número de casos notificados desde março de 2020, quando o primeiro caso de morte foi registrado no Brasil pela COVID-19. Como o estudo da Fiocruz (2020) apresenta, "É importante ressaltar que a pandemia atinge as famílias de forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, cor da pele, etnia, faixa etária, renda e estrato social." (Fiocruz, 2020, p. 2) Também é importante salientar que grande parte das verbas cortadas eram de programas que atendiam estas populações na área da saúde, o que sucateou ainda mais o Sistema Único de Saúde do nosso país, que entrou em colapso rapidamente com o avanço da COVID-19. De acordo com Silva (2020),

> A história tem nos mostrado que a capacidade individual e coletiva de se proteger contra a devastação das epidemias variam significativamente entre as classes e grupos sociais. Da peste bubônica no século XIV à Covid-19 no século XXI, as classes sociais mais pobres e os grupos sociais marginalizados têm sido os mais atingidos devido às más condições de vida dessa parcela da população. Por conseguinte, sem que haja um diagnóstico apropriado dos grupos vulneráveis e medidas concretas que possam protegê-los, as consequências da atual pandemia tendem a ser ainda mais devastadoras. Não existe um modelo único de medidas de combate à Covid-19 que deve ser adotado por todo e qualquer país, sem que se observe as condições de vida da população nas escalas local, regional e nacional. (Silva, 2020, s/p)

Ao final do mês de junho de 2020 o Brasil já havia ultrapassado a casa dos 50 mil mortos pela COVID-19 e mais de um milhão de casos confirmados, mas há pesquisas que apontam que o grande número de casos subnotificados podem fazer estes dados triplicarem. Um colapso no sistema público e privado de saúde com falta de leitos de UTI, falta de remédios e anestésicos, falta de mão de obra – já que muitos profissionais de saúde foram afastados por também terem adoecido ou morreram – e, ainda, falta de uma política coerente de combate à doença com comportamentos que questionam e contradizem as recomendações da Organização Mundial da Saúde por parte do Presidente da República – que insiste em adotar uma postura de negacionismo que confunde as pessoas – e uma instabilidade no comando do Ministério da Saúde, que já está em seu terceiro ministro desde o começo da pandemia.

Desta forma, a pandemia revela-se uma tragédia sem proporções no Brasil, que ocupa o segundo lugar no ranking de contaminados e mortos – atrás apenas dos Estados Unidos da América – e com uma curva de crescimento do número de casos e mortes muito alta. Além disso, o descompasso entre as ações de enfrentamentos entre as diferentes esferas – governo federal, estadual e municipal -, expõe a população mais vulnerável, aquela que não pode ficar em isolamento social ou necessita de saúde pública, ao constante risco de contaminação e morte. Como argumenta o estudo do Fórum de Segurança publicado pela Fiocruz,

> Algumas populações que já acumulam discriminações e têm acesso dificultado aos serviços de saúde e a outros direitos sociais constitucionalmente garantidos estão entre as pessoas com baixa renda, vivendo em assentamentos informais, minorias, indígenas, migrantes e refugiados, pessoas privadas de liberdade, pessoas com deficiência, LGBTI, população em situação de rua, entre outros. (Fórum de segurança, 2020, p. 3)

Como argumenta Boaventura de Sousa Santos, "propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia. Outras vezes, limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados." (2020, p.27) Entre os corpos negligenciados, alcançados pela necropolítica, estão as mulheres, principalmente as mulheres negras e pobres. Este cenário aponta para uma tragédia social sem precedentes durante e após a pandemia no Brasil com o acirramento da necropolítica, das medidas neoliberais em curso e à crise econômica. Não podemos deixar de destacar a política do atual governo que de forma clara adota uma postura genocida que penaliza todos e todas que dependem da estrutura da saúde pública e de outras políticas públicas de auxílio neste momento e após a crise, uma posição de colocar a economia em primeiro lugar, atacando a política de isolamento social e adotando comportamentos que confundem e expõem a população a riscos desnecessários, incitando a desobediência, a violência, o descaso com a gravidade da situação. Essas posturas, sem dúvida, alcançam a população vulnerável com mais força e, entre estes as mulheres, como apontamos a seguir.

Impactos da pandemia na vida de mulheres no Brasil

Corroboramos com o pensamento de Santos, onde "o espaço é um dado social" (1996, p. 61) e com Carlos que argumenta que,

> Como aponta Lefebvre, as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando (...) Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de englobá-lo – o mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção da humanidade, dos homens. (CARLOS, 2001, p.13)

Neste sentido, as relações sociais decorrentes deste momento produzem um espaço, inscrevendo aí um mundo concreto onde o isolamento e o medo da doença e da perda do emprego são características marcantes, dando, assim, novos contornos a paisagem e a vida cotidiana. Historicamente as relações de poder entre homens e mulheres foram produzidas de forma desigual, resultando em um espaço marcado pela apropriação e uso diferentes para ambos, sendo ao homem reservado o lugar de exercício de poder, o público; à mulher o lugar do cuidado e o espaço privado, restrito de convívio de valorização. De acordo com Costa,

> As bases para uma relação de poder entre desiguais estavam lançadas. Como nos lembra Raffestin, "O poder se manifesta por ocasião da relação" (1980, p. 53) e a ocasião histórica manifestava uma relação de poder desigual, mesmo que a resistência exista, a mulher foi colocada numa situação de submissão pois, como nos lembra o autor, "O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações." (Reffestin, 1980, p. 53). Mais adiante o autor nos lembra dos laços entre o poder e o saber o que nos leva a inferir que há um saber sobre a mulher produzido por homens e seus valores, um saber "de fora", carregado de uma visão que é conivente com o lugar pertencente a ela, o que só invisibiliza ainda mais a situação de submissão e a constrói como natural, afinal a mulher é a mãe, a natureza, a cuidadora, a que tem vocação, a virgem. (COSTA, 2017, p. 7311)

A COVID-19 intensificou as relações patriarcais e evidenciou os pilares da sociedade atual, que de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020) são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado numa articulação ainda mais perversa para algumas pessoas, como já argumentamos acima. De acordo com o autor,

> Desde o século XVII, os três unicórnios são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São os modos de dominação principais. Para dominarem eficazmente têm de ser destemperados, ferozes e incapazes de se dominar, como adverte Da Vinci. Apesar de serem omnipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles. A invisibilidade decorre de um sentido comum inculcado nos seres humanos pela educação e pela doutrinação permanentes. Esse sentido comum é evidente e é contraditório ao mesmo tempo. Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado). (SANTOS, 2020, p. 12)

Desta forma, a nossa educação patriarcal e colonial colocou as mulheres, principalmente as negras, no lugar de cuidar do outro, uma demanda que só cresce com a pandemia, ressignificando as relações de poder que o feminismo tanto luta para transformar, dando um passo atrás em várias conquistas, ou trajetórias rumo a uma emancipação. Cabe lembrar, como aponta Costa, que o mundo do trabalho no espaço público não libertou a mulher do trabalho doméstico, realidade agora ainda mais complicada.

> Com a inserção no mundo do trabalho, ao contrário do que previa Engels, as mulheres na atual sociedade não se libertaram do trabalho doméstico, mas sim ampliaram sua participação na produção de mais valia, sendo agora exploradas através neste e na produção direta, o que, sem dúvida, contribui para que os salários pagos a estas sejam menores – o que é uma contradição a ser tratada adiante. Infelizmente, o capitalismo reproduz o patriarcado em novos níveis e agrega a mulher novos papeis que não a aliviam dos trabalhos domésticos, portanto não há redução do tempo de trabalho gasto no espaço privado e sim uma sobreposição de jornadas de trabalho – no espaço privado e no espaço público. (COSTA, 2017, p. 7313)

Cada vez mais necessário, o trabalho de cuidar, permanece invisibilizado e potencializado a níveis extremos, exigindo uma carga horária ainda maior das mulheres que agora assumem não apenas o trabalho fora de casa com os afazeres domésticos, mas sim, o trabalho de fora dentro de casa, dividindo o mesmo espaço do trabalho "de fora" com o trabalho do e no lar. Cabe lembrar aqui o que entendemos por espaço público e espaço privado, como espaços construídos socialmente, o espaço público como o da reprodução do valor e o espaço privado como o da reprodução da vida, um público onde são tomadas as decisões – espaço distante – que pesam sobre o espaço privado da vida cotidiana (Lefebvre, 2001, 1999). Estes arranjos servem ao projeto de exclusão das mulheres do universo das decisões e para tal recorremos a Birolli que explica que,

> Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e nem experiências como privados e, como tal, não políticos. É uma forma de isolara política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque para as exclusões implicadas na conformação de *uma* esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos ou universais, mas se definiram, historicamente, a partir de perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um dos de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é âmbito privado, é outro. (BIROLLI, 2014, p. 31)

Desta forma, as mulheres foram sendo associadas ao espaço privado há séculos e, mesmo quando conseguem a inserção no mundo do trabalho remunerado – que é a esfera pública – permanecem atreladas ao exercício de poder que as impede de participarem plenamente do processo político de tomada de decisões que impactam as suas vidas, fato que neste momento de pandemia só se agravou.

Já não há mais uma divisão espacial que separe os dois universos laborais, o que sem dúvida tem contribuído enormemente para um amento do número de horas trabalhadas, uma sobrecarga física e emocional e, com certeza, com consequências que ainda não podemos mensurar, apesar de Lewis apontar uma volta aos anos de 1950. Como nos alerta Boaventura de Sousa Santos, "Finalmente, o patriarcado induz a ideia de estar moribundo ou enfraquecido em virtude das vitórias significativas dos movimentos feministas nas últimas décadas, mas, de facto, a violência doméstica, a discriminação sexista e o feminicídio não cessam de aumentar."(SANTOS, 2020, p. 12) Assim, entendemos que é importante repen-

sar as pautas do feminismo liberal – um grupo que vê o feminismo como um serviçal do capitalismo (Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019)) e buscar um caminho radical com ações que nos auxiliem a sair desta condição, já que o patriarcado não está, de forma alguma, sucumbido pelas "conquistas" que na realidade são, algumas destas, apenas estratégias de captura de nossos corpos para o movimento de acumulação de capital.

De acordo com Costa,

> (...) é possível apontar que a mulher ao longo do século XX foi se inserindo em maior número no processo produtivo, ocupando cada vez postos de trabalho fora do espaço privado, rompendo com o confinamento neste lugar e abrindo espaço para a emancipação a que Engels se remete. Importante movimento, a entrada da mulher em maior número no mundo do trabalho construiu-se como uma necessidade do sistema capitalista – como o próprio autor aponta em outras passagens – pois há a necessidade de expansão do exército de reserva e do mercado consumidor. Associado a este elemento, as lutas feministas empreendidas no século XX foram cruciais na conquista de direitos alargando os horizontes da emancipação. É importante entendermos que a saída da mulher do espaço privado é uma grande conquista pois abre caminhos para a produção da consciência de si no espaço. (COSTA, 2017, p. 7312)

Atualmente as mulheres ocupam a maioria dos postos de trabalho na educação – principalmente a infantil -, no setor de serviços, no comércio, trabalho doméstico, setor cultural, trabalhos terceirizados e informais de acordo com dados do IBGE (2018). Ao longo dos últimos anos, tenho me dedicado a pesquisar trabalhadoras em trabalhos terceirizados e os relatos são de uma vida marcada pela precarização do trabalho e da vida, com salários baixos, invisibilidade, tarefas domésticas que consomem o tempo de descanso e lazer, provocando adoecimentos, mostrando como fomos cooptadas pelo sonho da inserção no mundo do trabalho, acreditando que apenas isto resolveria a situação de submissão, o que se mostra falho. No entanto, neste momento de pandemia, até as conquistas do feminismo liberal encontram-se em risco, e as mulheres que não tinham nem mesmo estes direitos garantidos, perdem também a oportunidade histórica de tê-los, mostrando a necessidade da superação de um sistema que exclui, segrega e mata milhares de mulheres e homens em todo o mundo.

Durante a pandemia, de acordo com o IBGE (2020) as trabalhadoras mais penalizadas foram as empregadas domésticas sem carteira assinada – 33,6%, e sim, apesar da aprovação de uma Lei em 2015 – a PEC das domésticas como ficou conhecida – elas ainda são a maioria das trabalhadoras sem carteira assinada e foram atingidas em cheio pela política de isolamento social. As trabalhadoras domésticas que tinham carteira assinada e foram dispensadas somam 16,6% da PEA, de acordo com IBGE (2020). O impacto disso é devastador para as mulheres, pois são 50,2% de trabalhadoras que perderam seus empregos, lembrando que o trabalho doméstico é exercido, em grande parte, por mulheres negras e que são as chefes de família, anunciando uma feminização da pobreza ainda maior.

Também ficaram sem os seus empregos outros/as empregados/as, somando-se aos 12,3% da PEA brasileira que não encontra ocupação e aos 17, 3 milhões de pessoas que não estão procurando trabalho há algum tempo – por conta da pandemia ou porque já se ocupavam no trabalho informal (IBGE, 2020). Trabalhadores/as perderam seus postos de trabalho no ano de 2020 nas áreas da administração pública – 16,9% com carteira assinada e 29,8% sem carteira assinada (IBGE, 2020) – novamente aqui uma grande parte de mulheres, como por exemplo professoras que são contratadas por um tempo determinado e recebem por carga horária trabalhada e muitas que ocupavam postos como prestadoras de serviços – limpeza, segurança, alimentação, trabalhos de escritório – nas escolas que estão fechadas, assim como Universidades em todo o país. Do total de 46,7% de desempregados no setor público podemos afirmar que um quantitativo considerável é de mulheres. Ou seja, novamente o impacto sobre elas está sendo devastador.

No setor privado da economia o IBGE (2020) apresenta os seguintes dados sobre pessoas que perderam suas ocupações – 13,4% com carteira assinada e 22,9% sem carteira assinada perderam seus empregos em 2020, totalizando quase 50 milhões de desempregados. Sabemos que neste setor também há muitas mulheres que trabalham na prestação de serviços

e no comércio em geral – que sozinho responde por mais de 12 milhões de contratos de trabalho encerrados. Em Goiás, por exemplo, temos um polo de produção e comércio de roupas que funciona em Goiânia e abastece o país todo, sendo que parte considerável da mão de obra que movimenta o setor é de mulheres – desde a parte da costura, acabamento, comercialização até a revenda dos produtos – e este setor está paralisado desde março, o que leva ao fechamento de muitos postos de trabalho em toda a cadeia. Novamente, as mulheres compõem o quantitativo expressivo na fila de desempregados no setor.

Ainda de acordo com dados do IBGE (2020) 24.509 milhões de pessoas que trabalhavam por conta própria também perderam a fonte de rendimentos. Entre estes estão os/as empreendedores/as – que assim são chamados os que são obrigados a "se virar" para sobreviverem –, os/as pequenos/as comerciantes, vendedores/as ambulantes etc. Mas aqui estão apenas os/as trabalhadores/as que contribuem para o sistema previdenciário, já os/as outros/as compõem o mercado de trabalho informal. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020) cerca de 50% dos/as trabalhadores/as da América Latina estão na informalidade e deste percentual uma parte considerável – quase 30% - são de mulheres. (IBGE, 2020) O autor pondera sobre a situação destes/as trabalhadores/as

> Depois de quarenta anos de ataque aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo por parte das políticas neoliberais, este grupo de trabalhadores é globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. O que significará a quarentena para estes trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise económica? O sector de serviços, onde abundam, será uma das áreas mais afectadas pela quarentena. (SANTOS, 2020, p. 16)

Lewis relata a realidade britânica e acrescenta que,

> De acordo com os números do governo britânico, 40% das mulheres empregadas trabalham meio-período, em comparação com apenas 13% dos homens. Nas relações heterossexuais, as mulheres são mais propensas a receber menos, o que significa que seus empregos são considerados de menor prioridade quando surgem rupturas. E esta interrupção em particular pode durar meses, e não semanas. Os rendimentos de vida de algumas mulheres nunca se recuperarão. Com as escolas fechadas, muitos pais, sem dúvida, vão participar – mas isso não será universal. (LEWIS, 2020, s/p)

Esta ruptura no cotidiano alcança as mulheres e as suas relações com o espaço, tornando ainda miserável o cotidiano (Lefebvre, 1991) das mulheres em todo o mundo, agora ainda mais marcado pela escassez, ausência, falta de perspectiva, carência material e subjetiva. De acordo com Arruzza et al, "Nosso feminismo não pode ignorar que no Brasil 34,5% da população urbana vive em assentamentos precários, sendo a maioria de mulheres negras que estão à frente destes lares. Nosso feminismo precisa enfrentar a pobreza. A pobreza no Brasil é feminina e negra." (ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N., 2019, p. 13) Se já lutávamos contra esta realidade pré pandemia, tudo piora consideravelmente. Como argumenta Simone Afonso da Silva,

> Como podemos notar, as políticas públicas de enfrentamento à pandemia estão centradas num eixo supostamente geral e universal que, no fundo, excluem os grupos mais vulnerabilizados. Assim, os maiores riscos decorrentes a ausência de políticas públicas para proteção dos mais vulneráveis são a perda de renda, o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da pobreza, da fome e das desigualdades, abarcando diversos grupos sociais, territórios e regiões. Assim, as profundas desigualdades sociais e espaciais e a ausência ou fragmentação dos serviços sociais tem atuado de maneira determinantes sob as condições de saúde e de morte da população brasileira, aspectos que o governo atual tem ignorado ou mesmo tolerado. (SILVA, 2020, s/p)

As mulheres negras já eram maioria das beneficiárias do programa Bolsa Família que atende mulheres com filhos e de baixa renda. Dentre as pessoas que estão desempregadas e já não procuram emprego 13,3% são negras ou pardas e quase 9% são de mulheres (IBGE, 2020). A pobreza avança rapidamente sobre as mulheres negras brasileiras, sobre as periferias e ameaça uma geração de crianças, mulheres, idosas/os.

- No Brasil o governo criou um programa para pessoas que perderam renda durante a pandemia – o programa renda emergencial – que, a princípio pagaria três parcelas de seiscentos reais para uma pessoa da família, ou o valor de um mil e duzentos reais para chefes de família, neste caso, para as mulheres que chefiam mais de 40% dos lares brasileiros. O governo demorou muito para pagar a primeira parcela, muitas pessoas enfrentaram e enfrentam ainda problemas para ter este benefício – o sistema é todo digital por meio de aplicativo de celular, o que já nos dá uma ideia das dificuldades. Mesmo assim, 53.874.896 pessoas receberam a primeira parcela do benefício; outras 14.706.887 pessoas receberam o Bolsa Família no período – aqui são mulheres pois o benefício só é pago a elas. No mês de junho foram 74.092.938 benefícios pagos no Brasil e ainda há uma grande quantidade de pedidos feitos e que se encontram em análise pelo sistema. (IBGE, 2020) Estes números são reveladores do quantitativo de pessoas, principalmente mulheres, em situação de dificuldade financeira no país.
- Na outra ponta estão os empregadores que tentam há meses linhas de crédito para auxiliar no impacto da pandemia em seus negócios, mas as altas taxas de juros cobradas e as dificuldades de acesso a um programa governamental – que até hoje não saiu do papel – têm levado à falência de muitas pequenas empresas e, consequentemente, a perda de inúmeros postos de trabalho. Os/as trabalhadores/as que conseguiram manter seus empregos encontram-se trabalhando de forma remota – e aí com todos os elementos que já apresentamos aqui do espaço privado -, com redução de salários e perdas de direitos. Os/as trabalhadores/as uberizados/as enfrentam a pandemia e seguem em seus precários afazeres, agora ainda mais requisitados para atender os/as confinados/as, são eles os/as entregadores/as e motoristas de aplicativos, por exemplo.
- Este cenário já apontava, há tempos, a crescente feminização da pobreza e o fracasso do projeto feminista liberal de conquista de direitos via inserção no mercado de trabalho. A pandemia escancara ainda mais a produção da miséria, pois não há trabalho e, quando há, são trabalhos que não rompem com uma lógica patriarcal de exploração. Como argumenta Silva,

> Deste modo, as desigualdades desconstroem a ideia de que a Covid-19 é uma doença democrática, que atinge igualmente a todos os cidadãos. Embora o vírus possa atingir a todos, seus efeitos não se expressam de maneira igualitária, devido às iniquidades no acesso aos serviços públicos e as diversas vulnerabilidades a que está exposta uma parcela significativa da população. (SILVA, 2020, s/p)

Mais do que nunca necessitamos de um feminismo radical para romper com o movimento de crescimento da feminização da pobreza. Movimentos insurgentes intensificam-se apontando que "... a nova onda de ativismo feminista combativo está redescobrindo a ideia do impossível, reivindicando tanto pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião." (ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N., 2019, p. 36). Desejamos que possamos sair desta pandemia com os instrumentos para fortalecer o feminismo radical e trazer pão e rosas para nossas vidas. Já não é mais possível pensar em políticas de enfrentamento à pobreza sem falar de gênero, raça e classe. Como argumenta Lewis,

> A crise do coronavírus será global e duradoura, econômica e também médica. No entanto, também oferece uma oportunidade. Este poderia ser o primeiro surto em que as diferenças de gênero e sexo são registradas e levadas em consideração por pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Por muito tempo, os políticos assumiram que a cuidado com crianças e idosos poderia ser absorvido por cidadãos – principalmente mulheres – efetivamente fornecendo um subsídio enorme à economia remunerada. Essa pandemia deve nos lembrar a verdadeira escala dessa distorção. (LEWIS, 2020, s/p)

Desta forma, esperamos que ao invés de retornarmos para 1950 possamos dar um passo à frente e construir um futuro melhor para todas.

Considerações finais

Diante do cenário apresentado, com recorte no mundo do trabalho, ressaltamos a falência do feminismo liberal em sua parceria com o capitalismo e o colonialismo, produzido a partir de uma aliança com os exploradores de classe e sustentado por uma desigualdade racial que consegue manter algumas mulheres em situações privilegiadas. Mas, um fantasma ronda o mundo! O feminismo radical se consolida a cada dia como um movimento de ruptura, com ações e políticas revolucionárias, ressignificando a vida e apontando para a necessidade de outra vida em sociedade, questionando o capitalismo, em especial as políticas neoliberais, o uso dos recursos naturais, os empregos precários, enfim, toda a estrutura estabelecida, fortalecendo outras formas de organização da vida, formas coletivas e alternativas.

É claro que a pandemia deixará consequências que nos obrigarão a rever muitas práticas e valores produzidos por uma sociedade onde a mercadoria reina, submetendo o uso. Precisamos acreditar que outras formas de vida e de organização são possíveis, que mulheres precisam ter suas vidas preservadas e valorizadas, que precisamos de ações de educação não machistas, antirracistas, anticapitalistas, precisamos produzir um espaço que nos garanta o direito à cidade como possível. Como educadora, compartilho do pensamento de hoocks "Movimentos feministas precisam necessariamente pensar em educação feminista como algo importante na vida de todo mundo." (2019, p.46). Por fim, precisamos de um projeto que, de acordo com Arruzza et al (2019), aponte para uma forte reorganização da relação entre produção e reprodução, "... por arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos socias acima da produção para o lucro; por um mundo em que pessoas de todos os sexos, as nacionalidades, as sexualidades e as origens étnicas combinem as atividades de reprodução social com trabalho seguro, bem remunerado e livre de assédio." (ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N., 2019, p. 118)

Esperamos com este artigo contribuir no projeto de um feminismo radical e na mudança da sociedade atual, que hoje é ainda mais urgente. Que a pandemia abra as portas de um futuro melhor, sem retrocessos; e que, apesar da dor, ou pela dor, possamos construir um feminismo que seja realmente um instrumento de superação do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo, que possamos avançar rumo a uma outra sociedade.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% - um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Carmem Lúcia. Estado e estratégias de reprodução do patriarcado no século XXI. In: **Anais do ENANPEGE – Geografia, Ciência e Política.** Porto Alegre, 2017.

_____, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário.** Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, 2010.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto,1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Renata W. G.; SILVA, Janaína C.; SOUZA, Tatiana M. C.; COSTA, Carmem L. **A escuta do sofrimento psíquico na Pandemia da Covid-19**. Jornal Opção, Goiânia - GO, p. 01 - 01, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/a-escuta-do-sofrimento-psiquico-na-pandemia-da-covid-19-244260/> Acesso em 08/06/2020

FORUM DE SEGURANÇA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. (2020) disponível em<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf> Acesso em 08/06/2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **A gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil –** Análise dos decretos estaduais no primeiro mês. Relatório Técnico e Sumário Executivo. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/CEPEDES, 2020.

GONÇALVES, Juliana. Golpe intensifica violência no Brasil em todos os âmbitos, afirmam especialistas. **Brasil de Fato.** São Paulo, 06 de junho de 2018. Disponível em **<**https://www.brasildefato.com.br/2018/06/06/golpe-intensifica-violencia-no-brasil-em-todos-os-ambitos-afirmam-especialistas> Acesso em 30/06/2020

HOLLANDA, Heloísa B. de. **Explosão feminista:** arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hoocks, bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE, **Dados covid-19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/> Acesso em 08/06/2020

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEWIS, Helen. O coronavírus é um desastre para o feminismo. (2020) **Catarinas**. Disponível em https://catarinas.info/o-coronavirus-e-um-desastre-para-o-feminismo/> Acesso em 10/02/2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MENDES, V. e COSTA, C. L. **Avanços e retrocessos no debate sobre gênero e sexualidade nas escolas: Do governo do PT ao Bolsonarismo**. Relatório de Iniciação Científica. UFG/RC, Catalão- GO, 2020.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. EM NOME DO PAI: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 33, n. 96, p. 1-22, 5 fev. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf. Acesso em: 19/08/20.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço – técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JÚNIOR CHIMIN, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. In: **Caderno Prudentino de Geografia.** Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê "Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades. Jul-dez, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6404> Acesso em: 25/11/2019

SILVA, Simone A. da. Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19. In: **Le Mond Diplomatique Brasil**. nov/2020. Disponível em <https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19/> Acesso em 25/11/2020.

Notas

1. Aqui nos referimos às mulheres que exercem atividades laborativas fora do lar que é o foco do artigo de Helen Lewis (2020). No entanto, lembramos que muitas mulheres realizam atividades laborais em casa – seja o trabalho doméstico ou outras atividades remuneradas ou não - e, ainda, aquelas que são remuneradas para realizar o trabalho doméstico daquelas mulheres que foram para o espaço público trabalhar. Como o foco do trabalho é analisar o impacto da COVID-19 no mundo do trabalho de mulheres, optamos por recortar o universo de trabalhadoras remuneradas e que, durante o isolamento, deixaram o espaço público e, ou foram demitidas ou estão em trabalho remoto em casa.
2. Reconhecemos que há uma parcela da população que não possui uma casa, um espaço para exercer o isolamento. De acordo com o IPEA, "A população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março deste ano, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19." (IPEA, 2020 – disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811> Este fato é um agravante no que se refere à efetividade da política de distanciamento e isolamento social.
3. Dados que sustentam esta afirmação podem ser encontrados em pesquisas do IPEA, IBGE, PNAD-COVID e reunidos em um material disponibilizado em curso da FIOCRUZ sobre a COVID-19 e saúde mental, que aponta dados sobre a população de rua, violência doméstica, população idosa, crianças, etc. Este material está disponível no site https://portal.fiocruz.br/
4. A citação de bell hoocks segue o que a própria autora define como uma forma linguística de enfrentar as normas estabelecidas, usando um pseudônimo para escrever suas obras e, sempre, da forma como exposta aqui em letras minúsculas. Esta explicação é dada em algumas obras, entre elas – hoocks, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
5. O termo feminismo liberal é cunhado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) como uma linha que prega o sucesso - a inserção no mundo do trabalho, em cargos de chefia, com altos salários, etc - como um "caminho mais fácil para a igualdade de gênero" (2019, p. 25). De acordo com as autoras, este caminho rompe com uma perspectiva interseccional e de enfrentamento ao capitalismo, procurando caminhos dentro do sistema e ignorando as pautas de mulheres excluídas pelo sistema e a luta de classes. Também Ângela Davis, bell hoocks e outras autoras/es apontam para a dificuldade em se manter uma pauta liberal – como a que caracterizou a luta pelo sufrágio universal, por exemplo – nos dias atuais com o agravamento das desigualdades, exigindo o que é apontado por estas autoras como um enfrentamento radical, ou o feminismo radical, como cunhado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019). O feminismo radical também é abordado por Heloísa B. de Hollanda na obra Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade – onde a autora aponta para o que ela denomina como uma nova onda do feminismo – o feminismo radical que ocupa vários espaços e apresenta perspectivas de novas ações em vários campos dos movimentos sociais e da Universidade. (HOLLANDA, 2018)

6. De acordo com dados do IBGE – PNAD-COVID, cerca de 73% das mortes ocorrem na população acima de 60 anos, sendo que ainda estão sendo pesquisadas as possíveis causas de mortes em crianças, algumas inclusive com menos de 1 ano de idade. Os dados mostram, ainda, que cerca 15% das mortes ocorrem em pessoas sem comorbidades e hábitos considerados saudáveis. Também nestes casos as pesquisas ainda buscam entender as mortes. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php

7. Esta ofensiva pode ser observada em várias ações, mas sem dúvida o processo de impedimento da ex presidenta Dilma Rousseff é um marco deste movimento que pode ser mais bem analisado na obra PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. EM NOME DO PAI: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 33, n. 96, p. 1-22, 5 fev. 2018. Fap .UNIFESP (SciELO). Disponível em https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf. Para além deste momento, o avanço de movimentos como o "Movimento Brasil Livre" e o "Movimento Escola Sem Partido" que ataca docentes e pautas como os direitos humanos, a sexualidade e o gênero como parte de conteúdos em escolas são exemplos claros do conservadorismo que cresce em nosso país e culmina na eleição de 2018 que elege um presidente aberta misógino, machista, sexista e que reproduz o discurso do ódio. Sobre este assunto ver: MENDES, V. e COSTA, C. L. **Avanços e retrocessos no debate sobre gênero e sexualidade nas escolas: Do governo do PT ao Bolsonarismo**. Relatório de Iniciação Científica. UFG/RC, Catalão- GO, 2020.

8. Este caso foi bem ilustrativo do que nos reservava a doença por aqui – a primeira morte foi a de uma empregada doméstica contaminada pela patroa que contraiu a doença em viagem pela Europa, mas não dispensou a trabalhadora dos serviços domésticos, o que acabou por contaminar a trabalhadora, provocando sua morte.

9. No mês de novembro de 2020 os dados já apontam para mais de 170 mil mortes e mais de 6 milhões de casos confirmados no Brasil. Estes dados foram apresentados por SILVA, Simone A. da. Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19. In: **Le Mond Diplomatique Brasil**. nov/2020. Disponível em <https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19/> Acesso em 25/11/2020.

10. Sobre este conceito ver - MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 6ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2020.

11. De acordo com as autoras, este feminismo possui uma "... visão notável da dominação com oportunidades iguais: aquela que pede que pessoas comuns, em nome do feminismo, sejam gratas por ser uma mulher, não um homem, a desmantelar seu sindicato, a ordenar que um drone mate seu pai ou sua mãe ou a trancar seus filhos numa jaula na fronteira." (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p26). De acordo com as autoras o feminismo liberal é aquele das pautas como a inserção no mercado de trabalho em posições de poder e outras metas que incluem uma inserção no sistema como tal.

12. Ainda de acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) há um crescimento de pensamentos dentro do campo do feminismo que procuram romper as amarras capitalistas, racistas e de gênero, interseccionalizando as pautas e produzindo um movimento onde mulheres "... insistem em pôr fim ao capitalismo: o sistema que cria o chefe, produz as fronteiras nacionais e fabrica os drones que as vigiam. (2019, p. 26).